

### Os cuidados paliativos estão subdesenvolvidos na maior parte do mundo

A Organização Mundial de Saúde (OMS) está consciente de que os cuidados paliativos vão ser cada vez mais necessários devido ao envelhecimento demográfico. Mas hoje só 20 países do mundo (Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, França, Alemanha, região administrativa de Hong Kong, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Polónia, Roménia, Singapura, Suécia, Suíça, Uganda, Grã-Bretanha, EUA) têm atendimento paliativo de qualidade, segundo o «Atlas mundial de cuidados paliativos», realizado pela própria OMS e pela Aliança Mundial de Cuidados Paliativos (WPCA – Worldwide Palliative Care Alliance).

Para avaliar quantas pessoas necessitam destes serviços no mundo, o Atlas recorda que os cuidados paliativos não pretendem só aliviar a dor: também se ocupam das necessidades físicas, psicossociais e espirituais dos pacientes com doenças graves e dos familiares que cuidam deles.

Uma consequência do referido anteriormente, é que cuidados paliativos não só se aplicam aos doentes em fase terminal, como aos que têm doenças crónicas e até como estratégia de prevenção.

Na linha das recomendações que fez no ano passado o Congresso Mundial de Cuidados Paliativos, a OMS pede que se garanta o atendimento paliativo como um direito humano.

Clarificadas estas ideias, a OMS e a WPCA fazem as suas contas: anualmente, pouco mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo necessitam de cuidados paliativos no final da vida, e quase outros 20 milhões precisam deles antes. Mas, em 2011, que é o último ano analisado pelo Atlas, só três milhões receberam esses cuidados, a maioria na fase terminal.

Dos 20,4 milhões de pessoas que deles necessitam no final da vida, 69% têm 60 ou mais anos; 25%, entre 15 e 59 anos; e 6%, são menores de 15 anos. Embora a maioria dos cuidados paliativos seja proporcionada nos países de altos rendimentos, quase 80% das necessidades estão nos países de baixos e médios rendimentos.

Tomando como base um índice realizado em 2006 pelo Observatório Internacional de Cuidados no Final da Vida (IOELC – International Observatory on End of Life Care), a OMS e a WPCA fazem uma classificação de acordo com

vários critérios, para avaliar o nível de desenvolvimento dos cuidados paliativos no mundo.

Os países mais atrasados (75 de um total de 234) são aqueles onde não existe atividade de cuidados paliativos nos hospitais ou noutros centros de saúde. A maioria é de países africanos.

Nos 23 países do segundo nível ainda não existe uma infraestrutura de atendimento paliativa, mas sim alguns serviços básicos. Também se observa um interesse crescente entre as autoridades de saúde e entre alguns médicos que se vão formar fora do país.

O terceiro nível (onde se encontra Portugal) subdivide-se em duas categorias. A inferior, integrada por 74 países, distingue-se porque há poucos centros de cuidados paliativos, sustentados sobretudo graças a donativos privados (Angola, Etiópia, Ruanda, Sudão, Venezuela, Vietname...). A superior, de 17 países, conta com serviços mais desenvolvidos e apoiados também com financiamento estatal; existem algumas iniciativas para formar especialistas e um acesso maior à morfina.

O quarto nível é o mais avançado, mas também aqui a OMS distingue dois subgrupos. O inferior engloba 25 países que começaram a integrar os cuidados paliativos dentro dos atendimentos normais do sistema de saúde: Espanha, Holanda, Chile, China, Uruguai, Zimbábue, Zâmbia... O outro subgrupo é o dos 20 países (já referidos no início deste artigo) onde a OMS considera que existem os cuidados paliativos bem integrados nos seus sistemas de saúde.

### Como alimentar a população, sem decidir o menu

Manter em índices aceitáveis os níveis de nutrição populacional dos países em desenvolvimento, pode ser uma verdadeira dor de cabeça para os governos. O que fazer: subsidiar os alimentos de modo geral, ou entregar quotas destes à população, ou dinheiro “para que se defendam”? Talvez dar vales em troca de comida aos realmente necessitados?

Um artigo recente da “The Economist” (“Feeding expectations – Why food vouchers are a policy worth considering in developing countries”, 22.2.2014) analisava os prós e os contras destas opções, nos países onde foram aplicadas. No Egito, por exemplo, os subsídios aos alimentos duplicaram entre 2009 e 2012, e muito desse dinheiro foi parar às “pessoas erradas”.

Segundo dados do Banco Mundial, em resultado dos subsídios indiscriminados dos cereais e do pão, 70% dos adultos egípcios têm peso a mais, enquanto que 29% dos menores de cinco anos padecem de atraso no crescimento. Nesse país árabe, assim como no Burkina Faso e nas Filipinas, menos de 20 por cento dos gastos em subsídios beneficiam realmente as famílias pobres.

No outro lado do Atlântico, um caso que fracassou de subsídio generalizado é o de Cuba, onde há meio século existe um cartão de racionamento que oferece um cabaz mínimo de alimentos a preços muito baixos (açúcar, arroz, feijões, etc.) a toda a população. Tanto os que possuem rendimentos moderadamente altos, como os que necessitam desesperadamente desses produtos para ajudar os seus magros salários, recebem as mesmas quantidades. Consequentemente, os cofres estatais ressentem-se (o país importa 80% dos alimentos) e é fomentado o mercado negro.

No Irão, entretanto, a fórmula escolhida foi a entrega direta de alimentos. Segundo cálculos iniciais, poderiam beneficiar com esta medida 17 milhões de iranianos – depois, esse número foi sendo encurtado, a cada um dos quais se oferece um saco de arroz, frango, ovos, azeite e queijo, sem diferenciar entre as necessidades concretas de cada família. Em termos económicos, espera-se que a decisão gere um maior défice, que poderia ultrapassar os 20.000 milhões de dólares em 2015.

As “soluções gerais” na luta contra a fome e a desnutrição, pensadas para que surtam um mesmo efeito em toda a população, correm um maior risco de fracassarem, comparativamente às variantes em que contam as diferenças e uma maior liberdade pessoal de escolha.

Nesta última linha, o modelo da entrega de vales-refeição a lares e comunidades em desvantagem económica real e documentada, mostrou as suas vantagens: nem se desperdiçam os recursos públicos ou privados destinados à alimentação, nem se evidencia o escândalo do desperdício de alimentos, sempre que as pessoas tomam nas prateleiras o que consideram mais oportuno para a sua nutrição e gostos.

A *web* do Programa Alimentar Mundial ilustra a eficácia desta estratégia no caso de várias localidades do norte do Equador: aí, em 2011, as famílias receberam seis transferências de dinheiro, vales e alimentos, cada uma delas no valor de 40 dólares, ao mesmo tempo que se fizeram cursos sobre nutrição aos quais deviam assistir obrigatoriamente os recetores da ajuda.

Como resultado, constatou-se um impacto positivo das transferências na segurança alimentar, mas a que teve maior êxito foi a variante dos vales. Por um lado, envolve menores custos, comparativamente ao maior gasto que implica a compra, armazenamento, transporte e entrega direta de quotas de alimentos; além disso, os vales possibilitaram uma dieta mais variada, e o seu desenho condicionava os utentes a utilizá-los em alimentos nutritivos.

Por outro lado, o PAM considera que os vales aumentaram a influência da mulher no lar, pois evitam discussões familiares em torno do eventual destino do dinheiro. Com os vales, haveria menos “tentação” de desvio, pois “podem utilizar-se só para alimentos, e nada mais”.

O organismo internacional salienta, contudo, que esta variante assenta num terceiro fator: a necessidade de que os supermercados contem com as provisões e a variedade suficiente de alimentos para responder ao aumento da procura, e que tenham a capacidade de supervisão de modo a cumprirem-se as condições do programa.

A combinação da liberdade de escolha das pessoas que recebem uma ajuda, com a exigência de responsabilidade e o cumprimento de determinadas condições para a receber, pode ser transferível para outros aspetos da luta contra a pobreza, para lá da segurança alimentar.

O projeto Give Directly (Entrega Direta), patrocinado pela Google e outros doadores, obteve bons resultados no Quênia, tendo beneficiado famílias de 63 aldeias com entregas de 1.000 dólares, em muitos casos sem condições de uso. Segundo foi constatado, os recetores utilizaram o dinheiro, não em bares nem em bordéis, mas em melhorar as condições das suas habitações e, inclusivamente, em pequenos investimentos que já lhes dão rendimento.

Todavia, vários especialistas concedem maior importância aos donativos acompanhados de determinadas condições, como a de enviar os menores para a escola, levá-los regularmente ao médico, vaciná-los, de modo a que a nova geração não fique presa ao círculo vicioso da pobreza. É o tipo de apoio oferecido pelos programas Bolsa Família, no Brasil, e Oportunidades, no México, que conseguiram fazer diminuir os índices de pobreza e analfabetismo nos dois maiores países latino-americanos.

Outra vantagem deste tipo de apoio económico é que, como permite fazer um acompanhamento do destino dos recursos e exigir uma responsabilidade concreta aos recetores, os doadores podem sentir-se motivados a continuar com a ajuda.

E, normalmente, não lhes falta o estímulo. Sarah Baird, da Universidade de Otago, Nova Zelândia, estudou 26 casos de transferências com condições, e seis onde o beneficiário não tinha de prestar contas dos recursos. Os resultados mostraram naquelas famílias que haviam assumido algum compromisso para obter apoio financeiro ou de outro tipo, a realidade de as matrículas escolares terem aumentado 41 por cento, contra apenas 23 por cento nos outros lares. Por outro lado, onde as

condições tinham sido muito estritas, o índice subia para 60 por cento.

Como se pode ver, mais do que lançar dinheiro para um poço sem fundo, para depois suscitar citações bombásticas nas cimeiras internacionais sobre o contributo para superar o subdesenvolvimento, haveria que redefinir os programas de ajuda e envolver os recetores.

A.R.

## Mais ajudas para estudar nos *campus* norte-americanos

No quadro das suas políticas a favor da mobilidade social, o Presidente Obama pediu a universidades, fundações e organizações cívicas que adotassem medidas concretas para facilitar o acesso à universidade aos filhos de famílias com baixos rendimentos. Agora, num encontro organizado pela Casa Branca, apresentou os compromissos assumidos por estas instituições, recolhidos no plano “A Call to Action on College Opportunity”.

O novo plano divide as ajudas em quatro objetivos. O primeiro é informar melhor sobre as opções que os alunos têm ao seu alcance: aquelas universidades onde o preço das propinas é mais baixo; onde o número de alunos que se formam é maior; onde proporcionam mais facilidades para refinar a dívida...

O segundo é incentivar a que mais universidades apadrinhem escolas situadas em bairros pobres, uma fórmula que está a dar bons resultados nos EUA e na Grã-Bretanha. Além de apoio financeiro, as universidades contribuem para elevar o nível educativo das escolas com as quais estabelecem acordos.

Dado que nas famílias com menos rendimentos é frequente que os pais e os parentes próximos não tenham estudos universitários, o terceiro objetivo é ajudar os filhos dessas famílias com os trâmites burocráticos e os exames de ingresso na universidade. O último é potenciar as aulas de recuperação no primeiro ano do curso. A experiência de 22 estados que já oferecem esse apoio na língua inglesa e em matemática, mostra que serve para evitar que esses estudantes abandonem a universidade.

Este plano complementa o que Obama lançou em agosto de 2013 para embaratecer o custo da universidade, cujas propinas cresceram de modo exorbitante nos últimos anos. O principal objetivo desse plano era premiar as universidades mais rentáveis: ou seja, “as que mantêm baixo o custo das matrículas e, simultaneamente, oferecem um ensino de qualidade”.

## “La venganza de la geografía”

“The Revenge of Geography”

Autor: Robert D. Kaplan  
RBA. Barcelona (2013)  
464 págs.  
Tradução (castelhano)  
Laura Martín.

O analista internacional, Robert D. Kaplan, desenvolveu este livro a partir de um artigo publicado, em 2009, em “Foreign Policy”. Poderia dizer-se que é uma crítica de uma certa ideia de globalização, difundida no imediato pós-guerra fria, que implicava também a do fim da história, com o conseqüente triunfo da democracia liberal e da economia de mercado.

O início do século atual, com a entrada em cena do integrismo islâmico e das rivalidades internacionais na Ásia e no Pacífico, demonstrou ser uma falácia afirmar que com a queda do muro de Berlim se tinham superado as divisões geográficas.

Kaplan mostra-se cético sobre a difusão de ideais universais, pois considera mais determinantes as diferenças de etnia, cultura e religião. De facto, a sua perspetiva é a de um mundo hobbesiano, no qual impera a instabilidade ou a anarquia em regiões pequenas e fracionadas. O mundo kantiano, o das organizações internacionais e da paz universal, estagnou.

Pelo contrário, vivemos num mundo absolutamente determinado pela geografia, e o autor deste livro considera que é útil voltar a ler Halford J. Mackinder, Alfred Mahan ou Nikolas Spykman, com as suas diversas teorias acerca das regiões políticas. Nelas têm um papel destacado os oceanos Índico e Pacífico, e a massa continental euroasiática. No entanto, diversamente de há um século, os exércitos asiáticos não são forças lentas e pesadas, estando dotados da mais moderna tecnologia no quadro de uma corrida de armamentos que a muitos lhes faz recordar o ambiente pré-guerra de 1914. Não faltam, como naquele momento histórico, os meios de comunicação social sensacionalistas e as ideologias extremistas.

Kaplan conhece as singularidades da área geopolítica do sul da Ásia, ao ponto de não rejeitar a hipótese da fragmentação de fronteiras artificiais como as do Paquistão, Nepal ou Bangladesh, embora o pior dos pesadelos para o autor se chame Paquistão. Mas não menos inquietante resulta a análise no livro da debilidade das fronteiras do Médio Oriente, desde o Líbano ao Iraque, e a artificial configuração territorial da Arábia Saudita e das outras monarquias do Golfo Pérsico.

A tese principal deste apaixonante livro, cheio de referências históricas, é que o processo de globalização pensou ter superado definitivamente a geopolítica, mas a geografia assumiu agora a desforra. Conclui que os EUA devem apostar no realismo político com base no determinismo geográfico, algo que lhes será difícil por não estarem acostumados a ter em conta as limitações naturais impostas pelos mapas. Teríamos de acrescentar que tão-pouco tiveram em conta a

história recente ao definirem as suas estratégias no Afeganistão e no Iraque. Em resumo, Kaplan vinca que se Washington insiste em negar as condicionantes da geografia, sobretudo com a arrogância proporcionada pela sua superioridade tecnológica, acabará por ser uma vítima dela.

A. R. R.

